

## LÍNGUA IMAGINÁRIA E LÍNGUA FLUIDA EM PREFÁCIOS DE INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS: O DICIONÁRIO NACIONAL E O DICIONÁRIO REGIONAL SUL-RIO-GRANDENSE

*Nina Rosa Licht Rodrigues\**

### **RESUMO:**

Este trabalho pretende analisar o funcionamento das concepções de língua imaginária e língua fluida (ORLANDI, 1988, 1990, 2002, 2009) em discursos introdutórios dos dicionários nacional brasileiro e regional sul-rio-grandense do final do século XX e início do século XXI, tomados como prefácios dos dicionários FERREIRA (1999) e BOSSLE (2003), respectivamente. Consideramos os dicionários discursivamente, tomando os procedimentos teórico-metodológicos da Análise de Discurso pechettiana, doravante AD. Além de mobilizar as concepções de língua supracitadas, também mobilizaremos as noções de posição-sujeito, formação discursiva, formação imaginária e interdiscurso. Convém ressaltar que a proposta desse artigo resulta de um recorte da nossa dissertação de mestrado ainda em fase inicial de elaboração.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise do discurso. Dicionário. Língua imaginária. Língua fluida. Prefácio.

### **Introdução**

Michel Pêcheux funda a AD deslocando a dicotomia língua/fala, proposta por Saussure, para um outro nível, relacionando língua/discurso. Nesta perspectiva, a instauração do termo discurso traz à baila a exterioridade que é constitutiva do discurso. Dito de outro modo, já é senso comum, dos pesquisadores da área da Análise de Discurso, o conceito de discurso como efeito de sentidos entre interlocutores. Assim, a língua é estudada como materialidade do discurso, na qual fatores extralinguísticos estão na base para a sua (re) construção. Logo, a língua não funciona fechada sobre si mesma, ela abre para o equívoco, para as incompletudes, para os lapsos, etc. É porque a língua é sujeito à falha, à falta que há possibilidades dos sentidos e dos sujeitos transformarem-se, significarem-se. Orlandi (2005, p. 37) afirma que “os

---

\* Mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria (RS). Bolsista Capes.

sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros”, dependendo de como eles são afetados pela língua e pela ideologia e de como se inscrevem na história.

Paul Henry afirma que “todo sujeito é sempre já-sujeito” (1997, p. 30). Em outras palavras, não existe sujeito que não seja afetado pela ideologia. A ideologia possibilita, pois, que os dizeres dos sujeitos produzam sentidos, (re) signifiquem. Toda vez que dissemos algo, ou produzimos um texto, há uma memória do dizer, a qual é acionada, inconscientemente. O sujeito tem a ilusão de que seu dizer esteja na origem, de que nunca foi produzido anteriormente; essa ilusão é necessária para a constituição do sujeito e dos sentidos. Nesta perspectiva, a noção de sujeito é vista como uma categoria, uma posição, isto é, considera-se não um sujeito empírico, psicológico, mas um sujeito que é dotado de inconsciente e atravessado pela ideologia. O sujeito é, portanto, assujeitado a elementos exteriores e individualizado pelo Estado, que lhe exige autocontrole nas práticas sociais. Dizemos que o sujeito é, ao mesmo tempo livre e submisso, na medida em que ele é livre para tomar as suas decisões e se inscrever em uma formação discursiva, a qual mais se identifica; por outro lado, caso o sujeito queira resistir, questionar, contestar a ideologia dominante do Estado, este último pode puni-lo. Por esse motivo, diz-se que o sujeito é assujeitado à ideologia imposta pelo Estado.

Tomamos o dicionário como um objeto discursivo, pois, no dicionário, podemos identificar como se projeta uma representação de língua, na qual encontramos marcas discursivas de como os sujeitos – como seres histórico-sociais, afetados pela ideologia, pelo político e atravessados pelo inconsciente – produzem linguagem e/ou definem língua. É nesse sentido que tomamos o dicionário, segundo as palavras de Collinot e Mazière (1997, p. 1), **comme forme de discours**<sup>1</sup>. Em outras palavras, trabalhamos o dicionário de forma a desestabilizar os sentidos, muitas vezes, tomados como objetos de consulta, de caráter pedagógico, de um espaço sem falhas, homogêneo e estável. Os referidos autores (1997, p.3) acrescentam ainda que **le dictionnaire ne peut pas être considéré comme un objet banal allant de soi**.

---

<sup>1</sup> “como forma de discurso”. (Tradução nossa).

**Notre travail conteste l'évidence lexicographique**<sup>2</sup>. Assim, consideramos os dicionários como instrumentos linguísticos produzidos em determinadas conjunturas sócio-históricas, para além de uma lexicografia.

O dicionário, para Auroux (1992), é resultado da revolução tecnológica dos estudos da linguagem, constituindo-se como importante instrumento linguístico. Tomar esse objeto para a análise implica, conforme Orlandi (2001, p. 9), em trabalhá-lo

de modo a promover a relação do sujeito com os sentidos, relação que faz história e configura as formas da sociedade. O que nos leva a dizer que, por isso mesmo, eles são um excelente observatório da constituição dos sujeitos, da sociedade e da história.

É essa noção de dicionário, como “material interessante para se observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas” (NUNES, 2006, p.11), que nossas análises serão construídas.

É nosso objetivo refletir acerca das noções de língua imaginária e língua fluida, presentes nos dicionários nacional brasileiro e regional sul-rio-grandense. Pretendemos investigar a posição-sujeito autor Ferreira e a posição-sujeito autor Bossle ao produzirem os discursos presentes nos textos introdutórios dos dicionários, vale dizer, na Nota Editorial (no caso do dicionário de Aurélio Ferreira) e na Nota da Editora e na Nota do Autor (no caso do dicionário de João Bossle). Essas posições-sujeito autores contribuirão para entendermos a presença de elementos constitutivos das noções de língua imaginária e fluida nesses dicionários.

Pretendemos analisar as condições de produção sócio-históricas e ideológicas que estão na base do já-dito, da memória do dizer (interdiscurso), dos sentidos e dos dicionários, seja o dicionário nacional brasileiro, seja o regional sul-rio-grandense, sustentando cada tomada de posição-sujeito autor para a constituição do que consideram como língua.

## **Língua imaginária e língua fluida: noções preliminares**

---

<sup>2</sup> “o dicionário não pode ser considerado como um objeto banal em si. Nosso trabalho contesta a evidência lexicográfica”. (Tradução nossa).

A escola prioriza, na maioria das vezes, um modelo de língua ideal, homogênea, perfeita, sem falhas (imaginária). Por outro lado, a língua que se fala no dia a dia, a língua coloquial (fluida) é, em alguns momentos, deixada de lado, é considerada não correta, fora dos padrões gramaticais, normativos. Relembrando Orlandi (1988, p. 30), pode-se acrescentar que “a língua imaginária obriga a passar pelas coerções, coloca paradigmas e controla o uso e a forma da língua”. Tanto os instrumentos linguísticos (gramáticas e dicionários), quanto a Escola (enquanto aparelho ideológico do Estado) constroem (ou tentam controlar) uma unidade imaginária para a língua.

De fato, a Escola funciona como um aparelho que reproduz a ideologia do Estado, o qual, muitas vezes, apaga (descontextualiza) as diferenças nas línguas regionais e impõe um modelo único para as variedades linguísticas. Para Orlandi (1990, p. 75), “os modelos de sistematização, fundados nos estudos linguísticos (gramaticais), produzem suas obras, objetos-ficção não-contextualizados, que nós chamamos línguas imaginárias”. É a partir dessa perspectiva que pesquisamos o funcionamento das relações entre a língua regional (sul-rio-grandense), minoritária, e a língua padrão em instrumentos linguísticos (dicionários), tanto nacional, quanto regional.

No que tange ao recorte em nosso arquivo<sup>3</sup> reunido de dicionários nacional brasileiro e regional, verificamos que o dicionário nacional está mais próximo da representação de uma língua imaginária do que para a representação de língua fluida (ORLANDI, 2009, p. 18). Em contrapartida, a noção de língua fluida está mais próxima dos discursos do dicionário regional, pois a língua do dicionário regionalista, no nosso caso, sul-rio-grandense, em geral, está mais para o oral, não priorizada, muitas vezes, pelo sistema de ensino, não sujeita, portanto, às normas, às regras. Tomamos os conceitos de língua imaginária e fluida, conforme Orlandi (1988, p. 34-35), “a língua imaginária é a que passa pela sistematização, pelos nossos modelos de gramática e da escrita, que são o nosso modo de relação com a linguagem, ao passo que a língua fluida é a que não pode ser contida no arcabouço dos sistemas e fórmulas”.

Assim, consoante Petri (2008, p. 229),

---

<sup>3</sup>Segundo Pêcheux (1994, p. 57), “entende-se arquivo como um campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”.

no caso específico de um dicionário de regionalismos, encontramos o “levantamento” do que é próprio do popular, do domínio do falante do “interior” de um estado brasileiro, trata-se de um lugar onde estão formalizados os sentidos correntes mobilizados pelos falantes daquela região.

Na realidade, a noção de língua presente em dicionário de regionalismos corresponde às práticas reais de linguagem, efetivamente realizadas na história em condições de produção sempre concretas e dinâmicas (ZOPPI FONTANA, 2009, p. 22). Por conseguinte, o funcionamento real das línguas corresponde ao que designamos como língua fluida, caracterizado pela heterogeneidade constitutiva de toda língua. Além disso, todo sujeito é caracterizado por uma heterogeneidade constitutiva, ou seja, “é a ideia de que o sujeito da linguagem é determinado pela sua relação com a exterioridade: é um sujeito des-centrado, dividido, essa divisão tendo um caráter estrutural ou estruturante” (ORLANDI, 1990, p. 39). Logo, fica evidente a ilusão de uma língua portuguesa homogênea, padronizada, a mesma para qualquer região do país.

Como os sujeitos poderiam ter a mesma língua se constituindo em condições sócio-históricas e ideológicas diferentes? Não estaríamos apagando a historicidade de cada região se disséssemos que há uma língua única, um modelo de língua padrão? E se afirmássemos que há um modelo de língua padrão, haveria um não-dito que as línguas regionais são minoritárias, desprestigiadas e/ou excluídas por uma política de línguas. O que há são línguas regionais que fazem parte de uma língua maior, homogênea, a língua portuguesa do Brasil. Entretanto, por essas línguas serem fluidas, por estarem nas trocas comunicativas diárias entre interlocutores, elas escapam a toda tentativa de estabilização, de sistematização e de unificação.

Por outro lado, poderíamos, relembando Orlandi (2002, p. 108), afirmar que “a representação fiel do dicionário nos dá uma língua (imaginária) homogênea, perfeita, completa, sem falhas, de todos nós”. Se tomarmos o imaginário de dicionário como um espaço de sistematização, de estabilização, de fixação, pode-se pensar, nesse instrumento regional, em uma língua imaginária. Ou seja, pode haver, no dicionário regional, um efeito de unidade, de transparência, própria à língua imaginária, no entanto, essa língua aparece de maneira diferente do que no dicionário nacional, pois,

no dicionário regional, a língua ganha um estatuto um pouco diferente. A posição-sujeito produtor de dicionário regionalista não tem o mesmo compromisso com a gramática, que, por exemplo, a posição-sujeito produtor de um dicionário nacional teria. Assim, na maioria das vezes, o compromisso dos discursos presentes em dicionários regionalistas é representar a cultura, os falares regionais (mais voltados ao coloquial, interiorano), os quais não estão contidos nos discursos gramaticais, canônicos, próprios da representação da língua imaginária.

Acrescenta-se que, ao trabalhar a noção de língua em dicionários regionais sul-rio-grandenses, é necessário atentar para uma língua que está dicionarizada e que possui uma produção literária própria, mas que suas especificidades regionais não estão contempladas nos instrumentos nacionais, ou seja, não estão gramatizadas. Nesse sentido, o sujeito que produz esse dicionário regional tem por objetivo não apenas controlar os sentidos sobre a língua, produzir um efeito de unidade e transparência, mas também, e principalmente, trazer à baila uma memória que é histórica e cultural.

Nessas discussões preliminares às análises propriamente ditas, podemos trazer à tona a categoria analítica de formação discursiva para nossas discussões acerca das diferenças entre as noções de língua imaginária e fluida presentes nos dicionários nacional e regional. Conforme Orlandi (2002, p. 23), a definição de formação discursiva (FD) “faz com que possamos afirmar dos discursos em geral que se fala a mesma língua, mas se fala diferente”. Em outras palavras, mesmo que tenhamos a presença da língua portuguesa nos dois dicionários supracitados, eles se expressam e significam de maneiras diferentes, segundo a posição-sujeito de quem produz o dicionário, a memória de cada um, o contexto sócio-histórico da constituição do dicionário e a ideologia de cada posição-sujeito produtor, conforme veremos a seguir, nas análises.

Ainda segundo Orlandi (2002), essa discussão entre os efeitos de sentidos de línguas diferentes remetem à noção de heterogeneidade linguística. Isto é, “no sentido de que joga em “nossa” língua um fundo falso, em que o “mesmo” abriga no entanto um “outro”, um “diferente” histórico que o constitui ainda que na aparência do “mesmo””. Em outras palavras, a língua falada em uma região específica (o diferente) também faz parte da língua nacional brasileira (o mesmo), a legitimada e reconhecida

pelo discurso oficial da Academia. A relação entre o diferente e o mesmo reside na tomada de posição-sujeito de quem produz um instrumento linguístico. No caso do dicionário regional, essa posição-sujeito inscreve-se em um lugar mais heterogêneo, com particularidades culturais, históricas, ideológicas (re)conhecidas por pessoas de determinadas regiões do país. Assim, para que esse dicionário produza sentidos, faz-se necessária uma tentativa de homogeneização da língua para que as demais regiões possam entender essas peculiaridades linguísticas e culturais.

Neste ponto da discussão teórica, cabe lembrar que, aliado ao conceito de formação discursiva, encontra-se a noção de formação imaginária, em outras palavras, a posição-sujeito produtor de dicionário (dicionarista ou lexicógrafo, noções que pretendemos discutir nesse trabalho) dirá de um modo ou de outro, segundo o efeito imaginário que pensa produzir em seu interlocutor. Em outras palavras, essa posição-sujeito, quando produz o dicionário, projeta um leitor virtual, a fim de que possa produzir um discurso X e não Y, Z, W. Todas essas projeções são da ordem das formações imaginárias, ou seja, produzem imagens de sujeito e para sujeitos, assim como do objeto do discurso. Resumindo, segundo Petri (2004, p. 36), “a produção de efeitos de sentidos ocorre na prática discursiva, de onde falam (Formação Discursiva) e se posicionam os interlocutores (Formações Imaginárias)”.

Por fim, mas não menos importante, merece destaque os prefácios dos dicionários, os quais são objetos de nossas análises. Baseamo-nos no que trata Nunes (2006, p. 33). Para ele,

os prefácios constituem material fundamental para a análise das condições de produção do discurso e da posição do lexicógrafo<sup>4</sup>. Lá os autores se colocam, construindo as imagens dos leitores e as do dicionário: a concepção de língua, os procedimentos lexicógrafos, o contexto em que o dicionário se insere (dicionário nacional, dicionário de regionalismo etc.).

Assim, os prefácios dos dicionários nacional brasileiro e regional sul-riograndense constituem-se como importantes lugares de observação de onde falam as posições-sujeito produtores dos dicionários, a concepção de língua, de sociedade, de

<sup>4</sup> Poderíamos acrescentar também a posição-sujeito dicionarista.

leitor, que eles têm para a confecção do instrumento, bem como a memória do dizer, a formação discursiva que eles se inscrevem para produzir esses discursos. Portanto, é nesse âmbito que irá se constituir nossa reflexão analítica.

### **Sobre os textos introdutórios<sup>5</sup>**

#### **O Novo Aurélio do Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa**

No Novo Aurélio do Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa, destacamos, de sua apresentação, o texto introdutório: Nota Editorial.

No texto intitulado Nota Editorial, deparamo-nos com a manifestação do discurso profissional do mercado editorial, no sentido de promover o dicionário em questão. Para tal propósito, destacam-se os seguintes elementos e as respectivas expressões linguístico-discursivas:

(1) sobre o dicionário: “é uma obra inteiramente revista e ampliada com base no português contemporâneo”; “verdadeiro código da língua falada e escrita no Brasil e nos países de língua portuguesa”; “tão ou mais importante que os estrangeirismos é o registro dos regionalismos, gírias e usos populares do português no Brasil”; “concilia palavras e significados do presente com aqueles utilizados na literatura do passado”.

Reforça-se, nesses espaços, o caráter de incompletude do instrumento linguístico, o dicionário, o qual é reformulado, acrescentado, reelaborado de acordo com as necessidades de cada época. Destaca-se, também nesses recortes, a tomada de posição da editora em relação à língua. De acordo com essa tomada de posição, há duas possibilidades de língua: a língua que é escrita, “controlada” por meio das regras e normas do bem escrever (que entendemos como língua imaginária) e a língua falada, a praticada no dia a dia, por meio de falares que não estão contidos em arcajoues gramaticais (tal como a concepção de língua fluida), onde os falantes de uma língua possuem liberdades de expressão, vale destacar, os regionalismos, gírias, etc. Assim sendo, nesses fragmentos, observamos, pelo menos, dois efeitos de sentidos no que

---

<sup>5</sup>Convém ressaltar que a metodologia de análise dos prefácios de dicionários nacional brasileiro e regional sul-rio-grandense foi embasada segundo Petri (2008).

concerne à discussão sobre a unidade e a diversidade linguística. Há uma abertura à discussão contemporânea sobre a heterogeneidade linguística, na medida em que a tomada de posição da editora inscreve-se em um lugar da diversidade linguística, a qual abrange tanto a relação entre a língua culta, escrita, quanto a relação entre a língua praticada no dia a dia, falada, coloquial, não apenas no âmbito brasileiro, mas também nos países que fazem uso da língua portuguesa. Dessa forma, o discurso da posição da editora vai ao encontro da defesa da diversidade da língua nacional, isto é, se, por um lado, há uma defesa das línguas regionais ou minoritárias, por outro lado, instala-se um discurso antagonístico em defesa da homogeneidade da língua nacional, oficial (a língua portuguesa). Em um país globalizado, o qual observamos o predomínio do inglês nas práticas econômicas, políticas e sociais, nesse discurso introdutório do dicionário nacional, a posição da editora produz um discurso que ressalta a promoção da língua portuguesa, enquanto uma língua de prestígio, em um processo de nacionalização. Dito de outro modo, segundo Rodríguez-Alcalá (2010), estamos contemporaneamente em um processo nacional, isto é, com o predomínio das línguas nacionais, oficiais (em nosso caso, a língua portuguesa brasileira) e a defesa das línguas regionais ou minoritárias.

(2) referência a forma de designar a posição do sujeito produtor de dicionário: “os dicionaristas têm de labutar e perseverar para produzir obras aceitáveis e confiáveis”; “em reconhecimento espontâneo e generalizado a essa dedicação”; “a busca incansável do grande lexicógrafo”; “a infindável tarefa do dicionarista”; “o Prof. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira”; “o nome Aurélio é hoje sinônimo de dicionário”; “o Mestre Aurélio”.

Revela-se, nesses fragmentos, a posição do sujeito lexicógrafo (referência a Aurélio Ferreira) como um especialista na língua apresentada de forma dicionarizada. Segundo Nunes (2006, p. 23), entenda-se a forma sujeito lexicógrafo como o sujeito que tem o domínio da/sobre a língua, “como aquele que domina os sentidos e os sujeitos, distribuindo as significações de acordo com os locutores”. Não obstante,

Aurélio Ferreira é designado<sup>6</sup> também, pela tomada de posição da editora, como dicionarista<sup>7</sup>. Nas designações acima, observamos a posição-sujeito autor sendo designada ora como sujeito lexicógrafo, ora como sujeito dicionarista, como se sujeito lexicógrafo e sujeito dicionarista fossem sinônimos. Poderíamos, relembrando Pêcheux (1997, p. 161), destacar a formação discursiva funcionando nessas formas de designar Ferreira, “as palavras (no nosso caso, lexicógrafo e dicionarista) literalmente diferentes podem, no interior de uma formação discursiva dada, ter o mesmo sentido”; logo, resultam em um processo sinonímico. Dito de outra forma, as palavras ganham ou perdem sentido de acordo com a FD em que se inscreve uma posição-sujeito. Além do mais, estes fragmentos explicitam, primeiramente, a posição social e profissional de Aurélio, isto é, a de professor. Ou seja, a forma de designar Aurélio, apenas pelo primeiro nome, produz um imaginário de sujeito que possui um conhecimento sobre a língua, conseqüentemente, sua obra terá um imaginário de credibilidade. Dito de outro modo, tanto o nome completo do autor, quanto os diversos adjetivos que definem esse sujeito, produzem projeções imaginárias das imagens “de dicionário de autoridades” (NUNES, 2006, p. 24). Assim, esse instrumento linguístico é significado, qualificado e representado pelo nome de seu autor<sup>8</sup>. Em outras palavras, dificilmente dissemos Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, e sim Aurélio.

(3) sobre o processo do dicionário nacional: “todo esse trabalho soma, agora, mais de 435 mil verbetes, locuções e definições”; “chega ao público como um sistema integrado da língua portuguesa, com lançamento em livro, CD-ROM e na internet”; “a colaboração de grandes personalidades de nossa cultura: tais como Manuel Bandeira, Abgar Renault, Antenor Nascentes, Fernando de Azevedo, Paulo Rónai, Oto Maria Carpeaux, João Guimarães Rosa”.

<sup>6</sup> Entendemos designação como nomear aquilo que já está nomeado, ou seja, instala-se uma nova relação do sujeito com aquilo que ele designa.

<sup>7</sup> Entendemos o conceito de dicionarista como aquele sujeito que não se dedicou apenas à tarefa da produção dos dicionários ou ao saber sobre a língua, mas como sujeito que possui outras profissões que não apenas a carreira das letras/dicionarística.

<sup>8</sup> Conforme a dissertação intitulada **Gramática normativa: movimentos e funcionamentos do “diferente” no “mesmo”**, de Márcia Ione Surdi (2010, p. 74).

Reforçam-se, nesses fragmentos, pelo menos, três pontos: o primeiro é a tentativa do produtor de buscar atender aos critérios da completude para o dicionário. Dizemos “busca atender”, visto que nenhum instrumento linguístico (dicionário ou gramática) consegue reunir todo o saber sobre a língua. Na verdade, essa ilusão de completude é necessária ao sujeito e aos sentidos, ou seja, o sujeito acredita ser a origem de seu dizer e, assim, apaga os já-ditos, os sentidos outros. Redizendo ainda, para que as palavras tenham sentido, é preciso que já tenham sentido, que já tenham sido ditas e esquecidas em algum momento. De fato, é em nosso imaginário que consideramos que o dicionário assegura a sua unidade e representabilidade: supõe-se que um dicionário contenha (todas) as palavras da língua (ORLANDI, 2002, p. 103). O segundo ponto a ser destacado, quanto ao fragmento acima, é no que diz respeito à atualização do dicionário por meio ao acesso da internet. Essa inserção das novas tecnologias está presente desde o discurso da Nota da Editora, da segunda edição desse dicionário (1986). Dessa forma, o dicionário Aurélio alcança mais pessoas, por conseguinte, torna-se mais popular. Nesse sentido, Dias e Bezerra (2006, p. 30) acrescentam no que tange ao caráter popular do Aurélio desde a sua primeira edição “o Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio (1975) se tornou o mais conhecido e utilizado, com reedições, ampliadas e atualizadas (inclusive em meio eletrônico)”. O último ponto a ser destacado sobre o processo de confecção desse dicionário é a retomada a filiações do discurso literário, com a menção a autores tanto de literatura nacional, quanto regional, bem como a referência a sujeitos que possuem vasto conhecimento sobre a língua. Esses sujeitos representam uma tradição lexicográfica e uma tradição nos estudos linguísticos, isto é, são professores, poetas, críticos literários, membros da Academia Brasileira de Letras, tradutores, ensaístas, etc.

### **Dicionário gaúcho brasileiro**

O Dicionário gaúcho brasileiro traz dois textos introdutórios: uma Nota da Editora e uma Nota do autor.

O primeiro texto apresenta as imagens que a tomada de posição da editora tem da língua e do instrumento linguístico, o dicionário. Seleccionamos, então, desse texto:

(1) as imagens da posição da editora sobre a língua: “o idioma sofre transformações particularíssimas e apresenta termos novos e ignorados pelas demais regiões”; “o significado de termos que num extremo do Brasil são familiares e no resto do território nacional soam quase como bizarrices”; “fixação da língua como um todo”.

Nesses recortes, podemos observar a tomada de posição da editora acerca da definição de língua. Para eles, primeiramente, a língua falada no Rio Grande do Sul (RS) apresenta-se como um modo de falar, o qual é silenciado<sup>9</sup>, “ignorado” pelas demais regiões do Brasil. Nesse sentido, convém ressaltar que o adjetivo “bizarrices” produz um efeito de sentido de estranhamento com relação à língua falada no RS. Isto é, esse estranhamento dá-se pelo diferente, pelo heterogêneo com relação à língua nacional brasileira, a homogênea. Além disso, no fragmento “e no resto do território nacional soam como bizarrices”, podem-se observar dois efeitos de sentido diferentes mobilizados nessa construção: em primeiro lugar, há uma homogeneidade interna, produzida pela idéia de afinidade baseada na tradição (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2010), ou seja, essa afinidade dá-se pela identificação dos sujeitos gaúchos com o território, a tradição, a cultura e o linguajar em comuns. Por outro lado, há um segundo efeito de sentido, uma heterogeneização externa dos sujeitos pertencentes a um outro território, dos que não partilham da mesma origem (cf. RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2010, p. 130), ou seja, para essa segunda posição-sujeito (não pertencente ao território sul-rio-grandense) a tradição gauchesca não faz nenhum sentido e por isso torna-se “bizarro”, diferente, estranho. Dessa forma, apesar de se ter a ilusão de predominância da língua fluida nesse dicionário regional, isto é, da língua sem unidade, sem controle sobre a língua de que se fala, da língua profunda e de movimento contínuo, des-limite (ORLANDI, 2009, p. 18), há a presença da língua imaginária, nesse dicionário – ainda que de forma diferente da apresentada no Aurélio- pois, se, por um lado o produtor do dicionário regional dá relevância aos costumes, à tradição do RS, por outro, ele tenta homogeneizar essa língua regional justamente por ela ser

---

<sup>9</sup> Tomamos o conceito de silêncio segundo Orlandi (2007a, p. 23) “o silêncio é o não-dito visto no interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio significante”.

diferente, por ser desconsiderada pelas demais regiões, por estar significada em um território afastado, distante.

(2) as imagens que a tomada de posição editora tem do dicionário: “tradução necessária que só um dicionário de tal natureza ofereceria”; “o dicionário gaúcho brasileiro é possivelmente o mais completo e rigoroso do gênero”; “é um livro de consulta obrigatória, de esclarecimento de dúvidas, de informação acima da média”.

Observa-se, nesses recortes, a ilusão da posição da editora em conter os sentidos. Em outras palavras, verificamos pela marca linguístico-discursiva “tradução necessária” que essa posição-sujeito acredita que os sentidos possam ser contidos, controlados, completos. Entretanto, acreditamos que não exista nenhuma tradução que contemple um sentido literal para as palavras, uma vez que, segundo Pêcheux (1997, p. 160), “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições-ideológicas no processo sócio-histórico”. Nesse sentido, pelo discurso da tomada de posição da editora, constatamos uma unidade na língua falada no RS, na medida em que esta tradução abarcaria todos os falares praticados em todas as regiões desse Estado; por conseguinte, as especificidades sócio-históricas e ideológicas de cada região do sul do Brasil não estariam sendo levadas em consideração por essa posição-sujeito. Ademais, outras marcas discursivas corroboram com os sentidos acima analisados, quais sejam: “o mais completo”; “informação acima da média”. Nessas marcas, identificamos uma das duas formas de esquecimento no discurso (PÊCHEUX, 1975), ou seja, o esquecimento nº1, segundo o qual o sujeito acredita ser a origem, fonte de seu dizer, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o sentido que pretende.

No segundo texto, denominado Nota do Autor, verificamos o processo de produção do dicionário, de acordo com a posição-sujeito autor.

(1) sobre o processo de produção do dicionário regional: “leveí uma quantidade significativa de LPs e fitas com o inesgotável repertório da música com temas gaúchos”; “adquiri tantos CDs quantos ia descobrindo, desde que os compositores fossem aqueles por quem eu já tinha apreço ou simplesmente artistas

devotados a cantar os pagos do sul”; “minhas fontes recorrentes foram, sobretudo, os CDs”; “eu procurava literatura para fundamentar as definições e ampliar o leque de vocábulos fixados”; “além de contar com amigos, foi necessário contatar diversos pesquisadores, autores, professores, compositores, cantores, gente, em suma, ligada ao tradicionalismo gaúcho”.

Observamos, nesses fragmentos, que não há, como em Aurélio, uma pesquisa exaustiva por saberes reconhecidos e legitimados pela Academia. Além disso, a posição-sujeito autor não especifica e/ou não recorre a autores consagrados pela Academia, a obras de literaturas (re)conhecidas, a livros de história sobre a constituição do RS e sobre o povo gaúcho. Na realidade, o discurso dessa posição-sujeito prioriza os saberes próprios do folclore, da música, da literatura sul-rio-grandense para a constituição de seu discurso dicionarístico. Ao se inscrever em uma FD mais popular, do senso comum, essa posição-sujeito silencia, por outro lado, os discursos mais clássicos, canônicos, tal como verificamos no discurso do lexicógrafo do dicionário nacional. Não há nenhuma marca linguístico-discursiva que especifique aos leitores quais obras, quais autores, quais livros literários, quais cantores o sujeito Bossle baseou-se para a confecção de seu dicionário. Nesse sentido, verificamos, no discurso desse texto introdutório, uma memória não designada, não referida das fontes. Esse apagamento a conhecimentos antecedentes e a autores que vieram antes (apagamento das fontes) possibilita-nos remeter o discurso da tomada de posição-sujeito autor ao esquecimento nº 1, de PÊCHEUX (1997), isto é, o sujeito acredita ser a fonte/origem de seu dizer. Além disso, podemos remeter o discurso dessa posição-sujeito autor a um saber epilinguístico (cf. AUROUX, 1992), a um saber inconsciente que todo sujeito possui de sua língua e da natureza da linguagem. É, pois, esse saber que o sujeito toma como fonte nas suas manifestações populares. Neste ponto de nossas discussões, concordamos com Petri (2009, p. 2) que o discurso sobre<sup>10</sup> a língua e sobre o gaúcho, presente no dicionário regionalista, “emerge de uma posição-sujeito que ouve os “rumores” do que é social e constrói um discurso capaz de produzir “efeitos do real”.

---

<sup>10</sup> Consideramos o conceito de “discurso sobre” conforme (ORLANDI, 1990, p. 37), ou seja, “é no “discurso sobre” que se trabalha o conceito de polifonia. Ou seja, o “discurso sobre” é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos de)”.

De fato, verificamos uma heterogeneidade discursiva no processo de produção do dicionário sul-rio-grandense.

### **Considerações sobre as diferentes formas de apresentação dos dicionários**

Pela apresentação dos textos introdutórios Nota Editorial e Prefácio à Terceira Edição do dicionário Aurélio, percebemos a constituição da posição-sujeito lexicógrafo em Aurélio Ferreira. Em outras palavras, tem-se uma posição-sujeito lexicógrafo, pois verificamos não só um trabalho exaustivo de Ferreira, uma preocupação, um cuidado na confecção do instrumento, como também uma equipe de lexicógrafos ou de sujeitos que se dedicam ao trabalho de dicionarista.

Além disso, retoma-se uma memória discursiva, com a presença de autores ligados à Academia, os quais remontam a um saber sobre a língua, a um discurso institucional, de prestígio, a uma língua canônica, gramatical, homogênea, portanto, imaginária. Logo, o discurso desse dicionário nacional brasileiro apoia-se nos saberes da Academia, “enquanto autoridade oficial” (GUIMARÃES; ORLANDI, 1996, p. 86). Ao encontro disso, ressaltam-se as condições de produção, nas quais se insere a posição-sujeito Aurélio Ferreira na produção do discurso dicionarístico. Em outras palavras, as condições nas quais se insere o dicionário nacional Aurélio propiciam a confecção de um saber sobre a língua sustentada no discurso da tradição, do científico, portanto, legítimo. Segundo Nunes (2006a, p. 79), “o espaço de formulação do dicionário, isto é, o Rio de Janeiro, representou, para o autor do dicionário em questão, sede de grandes centros universitários, bem como um espaço importante de circulação cultural”. Assim, é nessa conjuntura sócio-histórica dada que a posição-sujeito autor Aurélio vai se inscrever, a fim de tomar uma posição acerca de qual concepção de língua terá o seu discurso dicionarístico.

Ao compararmos as formas de designação das posições-sujeito Aurélio Ferreira e João Bossle, concordamos com Guimarães (1995) de que a designação serve para designar e não designar, pois uma designação instala um lugar de estabilidade referencial e produz um sentido de apagamento de outros. Em outras palavras, ao designar Aurélio Ferreira, como lexicógrafo e dicionarista, essas duas formas de

designação remetem ao sujeito que detém o saber sobre a língua e a domina, isto é, constrói-se um efeito de autoridade para essa posição-sujeito, um imaginário de função-autor como uma função discursiva do sujeito que responde pelo que diz ou escreve, pois é suposto estar na origem (ORLANDI, 2005; 2007). E, ao designar João Bossle como dicionarista, podemos construir um efeito de sentido para essa posição-sujeito que prefere não tomar a responsabilidade para si - para nós, entendido como sujeito dicionarista – posição-sujeito não ligada à Academia, que prioriza os saberes próprios do senso comum, do popular, como o folclore, a música e a literatura sul-riograndense. Logo, perguntamo-nos há uma tentativa, no dicionário de Bossle, de institucionalização de um saber sobre a língua?

Convém salientar, no entanto, que Bossle dá lugar de poder ao instrumento linguístico, uma vez que dicionarizou um saber sobre a língua (regional), por isso haveria uma língua imaginária (diferente da verificada no dicionário nacional de Aurélio Ferreira); pois, em Bossle, verificamos um autor de dicionário regional que não tem compromisso maior com a Academia, com a cientificidade da linguagem. Dessa forma, dissemos que há uma tentativa de institucionalização da língua, posto que essa língua regional (fluida) está situada à margem da língua dita dominante, de prestígio; isto é, a nacional (imaginária).

Para essas considerações finais acerca da institucionalização da língua nacional (língua imaginária) e da tentativa de institucionalização da língua regional (fluida), trazemos Orlandi (1988), a qual afirma que ainda estamos presos ao nosso português como língua imaginária, construída por esquemas gramaticais rígidos.

De fato, deparamo-nos com posições-sujeito que revelam diferentes modos de inscrição do sujeito na língua, considerando que não existe neutralidade do sujeito e que a ideologia se revela funcionando na própria forma de organização do objeto discursivo em análise (ORLANDI, 2002, p. 107). Com isso, podemos pensar que Aurélio Ferreira se inscreve prioritariamente em uma formação de discurso dicionarístico mais tradicional. Por esse motivo, podemos pensar que a representação da língua imaginária esteja mais presente no discurso desse lexicógrafo, do que no discurso do produtor de dicionário regional de João Bossle.

**FLUID LANGUAGE AND IMAGINARY LANGUAGE IN FOREWORD FOR LINGUISTIC INSTRUMENTS: THE NATIONAL DICTIONARY AND THE REGIONAL DICTIONARY OF RIO GRANDE DO SUL**

**ABSTRACT:**

This study aims at analyzing the conceptions of imaginary as well as fluid language (ORLANDI, 1988, 2002, 2009) in introductory discourses of the Brazilian national dictionary and the **sul-rio-grandense** regional dictionary from the end of the 20th century and the beginning of the 21st century, considering the prefaces of FERREIRA (1999) and BOSSLE (2003) dictionaries, respectively. In the analysis of the discourse, we adopted the theoretical-methodological procedures by Pecheux's Discourse Analysis (DA). Besides the conceptions of language, we also aim at analyzing the notions of subject-position, discursive formation, imaginary formation and interdiscourse. This study is the initial part of our Master's dissertation research.

**KEYWORDS:** Discourse analysis. Dictionary. Imaginary language. Fluid language. Preface.

**Referências**

- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BOSSLE, João Batista. **Dicionário gaúcho brasileiro**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003.
- COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. **Un prêt-à-parler: le dictionnaire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- DIAS, Luiz Francisco; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gramática e dicionário. In: GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Mônica. (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase**. Campinas: Pontes editores, 2006. p. 11-34.
- FERREIRA, Aurélio B. H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**. Campinas: Pontes, 1995.
- \_\_\_\_\_; ORLANDI, Eni P. (orgs.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.
- HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia Mariani [et al.]. 3. ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 13-38.
- NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil: análise e história**. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.
- \_\_\_\_\_. Nomenclatura de dicionário e redução da hiperlíngua brasileira. In: **Historic Épistemologie Langage**. Tome XXVIII, Fascicule 2, Paris, 2006a.

ORLANDI, Eni P; SOUZA, Tânia C. C. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Política linguística na América Latina**. Campinas, SP: Pontes, 1988. p. 27-40.

ORLANDI, Eni P. **Terra à vista: o discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **História das Ideias Linguísticas: a construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. p. 7-20.

\_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 6. ed., 2005.

\_\_\_\_\_. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed., Campinas: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas: Editora RG, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (orgs.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Trad. Bethânia S. Mariani [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 55-66.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3. ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia Mariani [et al.]. 3. ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 1997a. p. 61-105.

PETRI, Verli. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins**. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras. Tese de Doutorado. 2004.

\_\_\_\_\_. A produção de efeitos de sentidos nas relações entre língua e sujeito: um estudo discursivo da dicionarização do “gaúcho”. In: SCHERER, Amanda E.; PETRI, Verli (orgs.). **Revista Letras/Universidade Federal de Santa Maria**. Nº 37. Santa Maria: PPGI, 2008. p. 227-243.

\_\_\_\_\_. A produção de sentidos “sobre” o gaúcho: um desafio social no discurso da história e da literatura. In: **Revista Conexão Letras. História, linguística e literatura**, n. 4. Porto Alegre, UFRGS, 2009. p. 71-86.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Políticas públicas de direito à língua e consenso etnocultural: uma reflexão crítica. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso**. Campinas, Editora RG, 2010. p. 127-160.

SOUZA, T. C. C; MARIANI, B. S. C. Reformas Ortográficas ou Acordos Políticos? In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P (orgs.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996. p. 85-93.

SURDI, Márcia Ione. **Gramática Normativa: movimentos e funcionamentos do “diferente” no “mesmo”**. Santa Maria: UFSM, Programa de Pós-Graduação em Letras. Dissertação de Mestrado. 2010.

ZOPPI FONTANA, Mônica Graciela. O português do Brasil como língua transnacional. In: ZOPPI FONTANA, Mônica Graciela (org.). **O português do Brasil como língua transnacional**. Campinas, Editora RG, 2009. p. 13-41.

*Recebido em 28/05/2011.*

*Aprovado em 25/10/2011.*